

CAPÍTULO 4

MELANCOLIA SEXUAL EM PAULO PRADO

Fernando Filho

e certa era tão bem feita e tão redonda e sua vergonha (que ela não tinha) era tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, faria vergonha por não terem a sua como a dela (CAMINHA, 2013, pp. 21-22).

E Jerônimo via e escutava, sentido ir-se-lhe toda a alma pelos olhos enamorados. Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui [...] ela era a cobra verde e traiçoeira a lagarta viscosa, a muriçoca doída, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambedas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer (AZEVEDO, p. 35).

Escrita em 1500, a conhecida *Carta de Pero Vaz de Caminha* é uma ilustração do encantamento dos marinheiros da frota de Pedro Álvares Cabral diante de um “paraíso celestial”, cingido por uma vegetação majestosa e uma fauna exótica. Como interpretação, sugiro que esse documento é um primeiro exercício de estranhamento a partir do encontro de culturas em fricção que, entre outros exemplos, compara as genitálias das mulheres indígenas com as das mulheres portuguesas deixadas no além-mar. Um olhar branco que está embriagado de desejo e sensualidade.

Quatrocentos anos depois, foi lançado *O Cortiço* (1890), romance naturalista de Aluísio de Azevedo que retrata a vida de diversos personagens moradores de um cortiço denominado pelo autor como de “segunda categoria” no Rio de Janeiro. No trecho em epígrafe, flagramos o português Jerônimo saudosos de sua terra natal, mas que, ao colocar os olhos em Rita Baiana, mergulhava nas coisas do Brasil e se afastava de qualquer sentimento cultivado em relação à pátria Portugal. A personagem feminina na sua sensualidade incorpora os atributos encantadores da paisagem brasileira e para o lusitano resta somente se deixar levar por tudo isso.

Narrativas sobre uma composição de sensualidade e beleza natural, estas duas produções são expressivas de um imaginário comum, frutos de suas épocas, do momento que foram produzidas. São obras que ajudam a pensar a construção da identidade brasileira a partir do desejo sexual que vinculava assimetricamente homens brancos e mulheres negras. Nelas é possível perceber como a sensualidade e a sexualidade apareceram como forma de desejo, contato e dominação no período colonial e imperial brasileiro.

Avançando, a partir desse preâmbulo, este capítulo resume o argumento da dissertação⁸² que escrevi sobre o livro *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, de Paulo Prado (1869-1943), publicado no ano de 1928. Com essa obra, o autor pretendia fazer um exame interpretativo sobre a formação histórica e social do Brasil a partir dos sentimentos da cobiça e da luxúria, presentes na *psique* do brasileiro, em seus modos de ser e agir. Também denominadas de vícios, para o intérprete são aspectos que confluem numa melancolia que atravessa também a organização do Estado brasileiro. Como argumento, a sexualidade é seu elemento central, pois parte da análise da construção da luxúria, que evidencia uma teoria melancólica da sexualidade brasileira. Nesse “retrato”, as três raças são vistas como tristes e carregadas de características negativas aos olhos do autor (a ingenuidade sensual indígena, a passividade infantil africana e a depravação erótica portuguesa) – elementos amalgamados numa identidade brasileira entristecida. Para além dessa questão, Prado aborda outros assuntos relevantes para uma reflexão sobre o Brasil, como miscigenação, ocupação da terra, processo de colonização, identidade cultural e caráter nacional.

82 Intitulada de O pensamento “sexual” brasileiro – a sexualidade melancólica na formação social brasileira (2019), a dissertação é o resultado da pesquisa que tinha como motivação a compreensão da sexualidade como central na formação da identidade brasileira. Ela parte de uma leitura de uma entrevista intitulada Simpósio: cinco questões sobre o pensamento brasileiro (2011), organizado por André Botelho e Lilia Schwarcz, na qual pontua que a área passa por uma transformação se interessando por temas, como gênero, idade, região e raça (p. 12), acrescentando nos problemas básicos, como construção da nação e solidificação da democracia brasileira.

Dividido em quatro capítulos e um *Post-Scriptum*, o livro apresenta uma estrutura predominantemente ensaística, comum nas interpretações do Brasil do início do século XX. Geralmente, essas obras apresentam um balanço abrangente sobre a história do país e encerram com uma proposta de programa político e cultural para superar os problemas nacionais.

No primeiro capítulo denominado “A Luxúria”, Prado inicia argumentando que as ideias renascentistas do século XV teriam produzido um tipo de liberdade desastrosa para a humanidade, a qual alargou as ambições humanas e os seus excessos sexuais, principalmente na chegada do homem europeu nas terras recém-descobertas. Nessa parte, o autor sugere que essa liberdade, o clima tropical e paradisíaco das terras brasileiras, a solidão e a sensualidade “animalizada” das mulheres indígenas e negras seriam estimulantes para a superexcitação erótica do homem português. No capítulo posterior, “A Cobiça” mostra como o projeto de enriquecimento fácil do colonizador fez com que ele desbravasse o território brasileiro em busca de ouro e pedras preciosas, desta maneira, construindo laços sociais utilizando-se da subjugação dos corpos e almas dos negros e indígenas. O autor argumenta que essa forma de acumular riquezas teria sido o clímax, mas, também, o declínio da colônia brasileira.

A conjunção entre luxúria e cobiça conduziriam o povo brasileiro à melancolia. O autor desenvolve essa ideia no capítulo seguinte, “A Tristeza”, iniciando com uma descrição do processo de povoamento da América do Norte, regada por uma forte disciplina, em contraponto à colonização da América tropical na qual a ausência de moralidade prevaleceria. Essa avaliação pessimista se associa à tese das três raças tristes, corrompidas pelos vícios dos primeiros séculos da colonização portuguesa e pelo clima adverso, culminando na formação de um povo miscigenado, apático e indispósito.

Tudo isso resultaria naquilo que seria para Prado, o mal do século XIX, a doença do *romantismo*. O último capítulo, que leva o título desse sentimento, apresenta as críticas do autor sobre a chegada do romantismo em solo brasileiro, que se manifesta nas letras, na política e na intelectualidade de um modo geral. Para ele, a geração de homens daquele período estava envolta em uma ideologia que tinha pouco compromisso prático com a construção da nação, pendulando entre um lirismo pessimista e um liberalismo palavroso. Por fim, no seu *Post-Scriptum*, o ensaísta faz uma reflexão sobre os desafios de construir uma história interpretativa da sociedade brasileira. Analisa como o “caráter sem fibra do brasileiro” levou aos diversos problemas sociais, culturais e políticos que o país estava enfrentando em seu tempo. Para encerrar, ele se debruça sobre duas soluções possíveis para que a nação saísse deste lugar de atraso: revolução ou guerra.

Diante dessa breve síntese das partes de *Retrato de Brasil*, discorrerei de maneira sintética como Paulo Prado opera o conceito de sexualidade, aqui entendido como desejo e sensualidade, na esfera da luxúria, para desta maneira demonstrar como ele é fundamental na construção da identidade sociocultural brasileira. Neste texto, optei por não discutir as distintas teses sobre sexualidade e raça elaboradas por outras correntes e autores, embora estas ideias possam emergir de forma incidental. Desde a reconstrução breve de sua trajetória e de suas influências teóricas abordarei sua teoria da melancolia e seu projeto de nação.

4.1 CÍRCULOS E INFLUÊNCIAS

A figura de Paulo Prado era admirada por muitos que o circundavam. Mário de Andrade dedicou Macunaíma ao intérprete e o definiu como um homem de caráter aventureiro e tradicional (FERRAZ, 1972, p. XV). Para René Thioller, Prado o fazia lembrar os gentis homens da Renascença, imortalizados por Velasquez e Van Dick (THIOLLER, 1956, p. 77 apud BERRIEL, 2013, p. 30). Pertencente a uma das famílias mais ilustres da oligarquia paulista do café, os Prado atuavam em setores diversos da economia, especialmente na cadeia produtiva do café, do plantio à exportação. Presentes na vida política nacional, entre o Império e a República, eram, também, promotores culturais, fundadores e proprietários de jornais, revistas e editoras. E basta lembrar, além de Paulo, os nomes seu tio Eduardo Prado e de Caio Prado Jr., para se estimar o peso de sua família no mundo intelectual paulista.

Como membro dessa família, desde jovem, Paulo Prado teve presença destacada na vida social paulistana. Formou-se em Direito no Largo São Francisco (1889) e participou da Sociedade Promotora de Imigração (1887). Seria anos mais tarde um dos diretores da empresa de exportação de café, *Casa Prado, Chave e Cia*, por meio da qual defendeu os interesses do setor; envolveu-se na implementação de estradas de ferro no estado de São Paulo. Nos primeiros anos do Governo Vargas foi membro presidente no Conselho Nacional do Café (1931-1932), saindo logo em seguida por divergências políticas; na imprensa, colaborou e lançou jornais e revistas, entre os quais, o *Jornal do Commercio* (1892), o *Correio Paulistano* (1906), a *Revista do Brasil* (1923-1924), o periódico *Terra roxa e outras terras* (1926) e a *Revista Nova* (1931-1932); foi autor de pequenos ensaios e artigos, boa parte reunidos na coletânea *Paulística etc.* (1925), e por fim, foi um dos principais apoiadores da *Semana de Arte Moderna* de 1922.

Quando terminou os estudos superiores, Prado fez uma viagem cultural de dois anos pela Europa, tendo contato com vários intelectuais e políticos. Instalado na residência de seu tio Eduardo Prado em Paris, aproximou-se de um grupo denominado *Vencidos da Vida* ou *Geração de 70*. Nesse círculo informal faziam parte nomes, como Barão do Rio Branco, Eça de Queirós, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, José Veríssimo e Oliveira Martins. Reunindo-se periodicamente na capital francesa, esses homens partilhavam de um sentimento comum em que prevalecia a renúncia de aspirações românticas, muitas delas construídas durante a juventude e um pessimismo político sobre os rumos que Brasil e Portugal trilhavam no final do século. O grupo se posicionava, sobretudo, contra o liberalismo, que consideravam postiço, praticado nesses dois países.

Dedicado a compreender a trajetória e bibliografia de Paulo Prado, Carlos Berriel (2013) apresenta sinteticamente as reações da *Geração de 70* aos impactos das ideias liberais em seus países. No Estado português, esses princípios seriam implantados progressivamente após a Revolução de 1820, propagando um ideal de progresso e desenvolvimento econômico. Na análise do grupo, *Os Liberais do Porto*, como eram conhecidos, não promoveram nenhum desenvolvimento material na vida do povo e foram os principais responsáveis pela desnacionalização, desintegração do império português e estagnação do nível de consciência cultural do país.

Já o grupo brasileiro, comungava da ideia de que a tentativa de implementar o liberalismo no Brasil teria pecado pelo vício da imitação – termo que Prado aprofundaria em *Retratos* e que também se faz presente nas obras de Eduardo Prado e Oliveira Martins. Para eles, o liberalismo brasileiro, entrelaçado ao romantismo, havia se revelado como prática política descolada da realidade, apesar de reivindicado por hábeis palavras discursivas, e suas ideias pareciam dirigir-se para os distantes condados ingleses. Os administradores no período monárquico não tinham zelo com os negócios públicos e durante os primeiros quarenta anos da República, a situação não se alterou e ainda colocou o Brasil em um “atoleiro em que hoje chafurdamos” (PRADO, 2013, pp. 124-125, 148-149).

Os integrantes da *Geração de 70* acreditavam que, o período áureo da monarquia portuguesa ocorrera nas primeiras décadas do século XVI, durante a dinastia de Avis. Após a União Ibérica em 1580 e a sua dissolução sessenta anos depois, Portugal nunca mais teria se recomposto, mesmo com as descobertas de ouro nas minas brasileiras e as tentativas de modernização implementadas pelo Marquês de Pombal. Sobre a colônia brasileira, sugerem uma interpretação interessante. Para esses autores, principalmente, aqueles ligados aos Prado, teriam ocorrido duas formas de colonização, uma nas terras paulistas e outra no restante do país. Em São Paulo, um ciclo virtuoso seria interrompido no período da mineração, por intervenção da Metrópole, que estaria em situação de decadência. No restante do território, a colonização se iniciaria sob o signo da degeneração, em decorrência de vários fatores, entre eles o espírito aventureiro dos colonizadores, a opção por exploração e não por povoamento, ao contrário do que havia ocorrido nas colônias da América do Norte e pela escravidão e práticas de luxúria. Em *Retrato do Brasil*, Paulo Prado (1962) aprofunda as explicações sobre essas diferenças, se ancorando principalmente nas leituras de Oliveira Martins, Eduardo Prado e Capistrano de Abreu.

No livro *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880), Oliveira Martins propõe uma distinção regional entre o sul e o norte do Brasil; o primeiro, comprometido com o desenvolvimento de uma nação próspera, formada por uma população de temperamento agreste, arredo e de posição independente das decisões da Corte. Assim seriam os paulistas, responsáveis pelo desbravamento do território e pelas descobertas de minas de ouro e diamantes em seu interior. Eduardo Prado em suas obras *Fastos da ditadura militar brasileira* (1890), *Ilusão Americana* (1893) e no texto de conferência *O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a Colonização do Novo Mundo* (1896) apresenta uma tese bastante discutida nos encontros dos “Vencidos da Vida”, o vício de imitação do brasileiro, que importa ideias estrangeiras sem conseguir adaptá-las à realidade do país. Esse argumento reaparece nos escritos de Paulo Prado. Seu tio contribuiu, ainda, com duas novas teses, imprescindíveis para seu pensamento: o povo brasileiro teria “espírito desfibrado”, ou seja, sem fibra, incapaz de reagir aos modismos que vêm de fora – em *Retrato*, este termo se assemelha com os de fadigoso, esgotado, triste e melancólico. Defendia ainda um tipo brasileiro autêntico, o caboclo mestiço. Encontrado em várias partes do país, esse tipo seria o verdadeiro habitante do Brasil real, por não recair em um cosmopolitismo artificial.

Assim, como em Oliveira Martins, há nesses textos de Eduardo Prado uma apologia à superioridade paulista na afirmação de que a mestiçagem cabocla ocorrida em terras paulistas fora mais próspera, por resultar do cruzamento do branco aventureiro e indisciplinado com indígenas de sensibilidade aguda e agilidade muscular: o primeiro planejador e o segundo, ao seu lado, conhecedor dos caminhos, intensificando o povoamento do interior. Portanto, os Prado e o seu círculo foram mentores do que seria nomeado como mito bandeirante.

Em relação às fontes secundárias mobilizadas por Paulo Prado, Capistrano de Abreu teria sido um autor decisivo e eles mantiveram uma constante correspondência, na qual o papel do historiador cearense é de orientação ou de conselheiro, como se pode notar em ideias presentes nos artigos de *Paulística etc.* e *Retrato do Brasil*. No prefácio do livro de 1925, Prado manifesta seu carinho pelo mestre e nos dá a dimensão de como foi essa amizade e parceria:

Pela sua mão segura e amiga penetrei a selva escura da história do Brasil, de que é parte tão importante a história do nosso torrão paulista. A ele devo a receita para suavizar a descida da melancólica colina: o interesse pelas coisas brasileiras na sua multiplicidade de Norte a Sul, constante preocupação de uma longa vida de beneditino, silenciosa e fecundante (PRADO, 2004, p. 55).

Ainda dentro da coletânea, o autor dedica um artigo a Capistrano, no qual explicita sua admiração e ressalta a sua importância para a historiografia brasileira, ao encarnar uma suposta brasilidade em seus escritos, desde o interesse por pequenas coisas como “a rede, a pimenta, os banhos de cachoeira, o andar descalço, os mexericos” até a preocupação sobre a vida política e intelectual do país. Era dotado de erudição, senso investigativo e generosidade com todos aqueles que o procuravam para receber ideias, informações, conselhos e encorajamentos (PRADO, 2004, pp. 215-217). Os mesmos gestos de enaltecimento também eram dirigidos para *Capítulos de história colonial (1500/1580)* (1907), que considerava o “livro dos livros”, no qual teria realizado análises complexas sobre os dramas humanos, mas com o poder da síntese e da clareza de sua escrita, resultados de sua visão historiográfica alargada. Para Paulo Prado, é um livro escaparia dos adjetivos redundantes, dos estilos derramados e narcisistas presentes na produção intelectual brasileira: “nos seus últimos escritos a frase de Capistrano chegara à perfeição de extrema brevidade e singeleza” (PRADO, 2004, pp. 215-217)

Ao analisar a produção intelectual de Capistrano de Abreu, Reis (1999, p. 95) o identifica como o “pioneiro na procura das identidades do povo brasileiro”, em que conjugava a valorização das lutas e costumes deste povo na sua adaptação com a natureza tropical brasileira. Sua formação está ancorada na escola historicista de Recife que buscava esses elementos de identidade e que resistia ao cientificismo sociológico das escolas da região sudeste, principalmente a carioca. A perspectiva sociológica encontrada em seus textos estava em diálogo com o realismo histórico alemão de Leo-

pold von Ranke (1795-1886), do qual Capistrano foi um devoto conhecedor. De preocupação rigorosa e indispensável com o documento, essa corrente buscava analisar as fontes de forma objetiva a fim de compreendê-las e não de encontrar leis gerais, adotando uma perspectiva cultural que valoriza emoções, sentimentos, festas, individualidades, significados e formas de pensar (REIS, 1999, p. 93).

O modelo teórico de Capistrano de Abreu se contrapunha às influências do pensamento positivista predominante nas principais explicações históricas da segunda metade do século XIX. As suas críticas eram voltadas, principalmente, contra Francisco Varnhagem (1816-1878), também conhecido como Visconde de Porto Seguro, considerado durante o reinado de Pedro II e após, como o principal nome da historiografia brasileira, sobretudo por seu livro *História Geral do Brasil* (1854). Nessa obra, a narrativa se alicerça em uma sequência de sucessos, arquitetada pela colonização portuguesa, privilegiando as ações do Estado, numa sequência de datas, leis e fatos heroicos. Essa metodologia foi respaldada pela Monarquia graças às suas instituições acadêmicas, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual, o próprio Varnhagem foi secretário-geral.

De forma prática, uma das principais contribuições de Capistrano para o programa de Paulo Prado foi o gráfico de curva senoide, apresentado numa troca de cartas datada de 22 de dezembro de 1922. Com esse esquema, ele pretendia explicar o desenvolvimento histórico da cidade de São Paulo, mediante quatro movimentos: ascensão, clímax, decadência e regeneração, “você tem que acompanhar a Paulicéia até seu clímax, mostrar como declinou e como readquiriu seu lugar” (RODRIGUES, 1954). Assim, essa orientação é exemplificada no ensaio *Caminho do Mar* (1922). A ascensão se daria por meio do processo de isolamento da vila, derivado da existência de um único caminho em direção ao mar, o que teria colaborado na constituição de uma “raça paulista”. O clímax ocorreria nas bandeiras e o desbravamento do interior da colônia. Ao encontrar ouro e diamantes, os paulistas iniciariam um processo de degeneração em paralelo com a crise do Estado português, principalmente quando este passa a controlar a exploração destas riquezas minerais. São Paulo, que se mantinha isolado, precisou se ligar às determinações de um Reino ávido, sem compromisso com as coisas públicas. Para Paulo Prado, essa integração levaria à decadência, transformado o paulista independente, ativo e resistente em um mameluco pálido, alcoólatra e desconfiado. Com tais ideias compartilhadas com a *Geração de 70*, a regeneração aconteceria com o protagonismo paulista na economia do café, culminando no progresso material e econômico. E só se concretizaria realmente, se os paulistas aderissem a uma guerra ou a um programa revolucionário para “salvar” politicamente e moralmente a sociedade brasileira, como está descrito no *Post-Scriptum*, ou provocar uma separação territorial (PRADO, 2004, pp. 60-61; BERRIEL, 2013, pp. 182-183).

Figura 4.1 – Modelo de Capistrano de Abreu, representação original da carta de 22 de dezembro de 1922.



Fonte: RODRIGUES, José Honório (org). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro: 1954 (vol. 2), p. 432.

Até aqui foi importante perceber como a tese sobre caminhos de Capistrano é vertebral para o pensamento de Paulo Prado. Fundamentada na obra *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (1899), o historiador cearense privilegia os caminhos e suas decorrências características como elementos centrais para a história colonial brasileira (BERRIEL, 2013, p. 166). Dessa forma, essa obra e as de Eduardo Prado e Oliveira Martins são fontes decisivas para a escritura de *Paulística etc.* e *Retrato do Brasil*. Numa leitura atenta do primeiro prefácio de *Paulística etc.*, destacamos as frases “é nos estudos dos caminhos que melhor se aprende a história do Brasil” e “o caminho cria a raça” (PRADO, 2004, p. 60), que sintetizam todo o projeto intelectual e político de Prado, ao se afastar das explicações que privilegiam o Brasil do litoral, valorizando tipos raciais e sub-raciais do interior, formados nesses territórios com suas histórias e particularidades, na qual a “raça paulista” ganha contornos de superioridade.

4.2 INTERPRETAÇÃO SOBRE A MISCIGENAÇÃO MELANCÓLICA

Os artigos e ensaios de *Paulística etc.* tinham como eixo propositivo contar uma história sobre a ocupação do território de São Paulo, identificando as origens da sua população e a formação de uma sub-raça paulista em um meio geográfico isolado. Com esse mesmo objetivo, Paulo Prado escreve *Retrato do Brasil*, desta vez pensando numa história do país. Para Berriel (2013), Prado sugere para sua obra, assim como em seus trabalhos anteriores, um argumento baseado no determinismo racial e geográfico. Dessa forma, o autor se propõe a pensar o papel das raças nas origens do Brasil, como o plano de fundo da sua obra.

O argumento das raças para interpretar o Brasil era frequente nos ensaios, artigos e teses produzidos, principalmente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século posterior. Mobilizado por distintos autores, como o médico Nina Rodrigues (1862-1906) com o seu *As Raças Humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), o equilíbrio de antagonismos no culturalismo de Gilberto Freyre (1900-1987) em *Casa Grande & Senzala* (1933), e os demais títulos citados durante este texto, as teorias engendradas sobre o papel das raças na constituição da identidade brasileira se tornaram centrais quando intelectuais e políticos começaram a se perguntar se seria possí-

vel a formação de uma nação equiparável às europeias. Algumas respostas apontavam que estaria atrelada ao encontro das três raças (branca, indígena e negra) e às suas ações para o desenvolvimento do país.

Um marco decisivo para a afirmação dessa perspectiva de análise seria a publicação do texto premiado pela *Revista do IHGB*,⁸³ *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845) do botânico alemão Karl Von Martius (1794-1868). A origem desse programa remete à preocupação do próprio Dom Pedro II e de círculos intelectuais e políticos do Império brasileiro em construir uma história nacional oficial, para a qual lançaram um concurso na qual os participantes deveriam criar um modelo interpretativo para esta história. Membro da comitiva científica da princesa Leopoldina em 1817 na primeira viagem ao Brasil, o jovem naturalista tinha a função de pesquisar e catalogar a flora brasileira e durante as suas expedições teve a oportunidade de conhecer diversas populações do interior do país. Ao participar desse certame, essa experiência antropológica foi imprescindível para desenvolver aquilo que ele chama de uma “historiografia filosófica do Brasil” (VON MARTIUS, 1956, p. 439), na qual, permite contar a história do Brasil a partir do contato de três raças e o seu desenvolvimento particular, nos seus usos, línguas e costumes, propondo estudar em regionalidades, agrupando-as em blocos de similaridades climáticas ou culturais (VON MARTIUS, 1956, p. 457).

Durante o desenvolvimento do texto, Von Martius dá um tom religioso, considerando o Brasil abençoado por ter permitido as trocas raciais, “jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou o Brasil esta mescla”, e com isto vai relegando uma função para cada uma das raças. O branco português seria o motor essencial que deu as condições essenciais físicas e morais para o desenvolvimento independente da nação brasileira e as demais raças; a etíope e a indígena contribuíram para que este branco ajudasse a desenvolver o país, como “afluentes num grande rio”, metáfora que o botânico utiliza para ilustrar este *grande* encontro harmônico (VON MARTIUS, 1956, p. 443). Mesmo colocadas numa posição de inferioridade, estas duas últimas raças têm uma oportunidade, a partir dessa contribuição, de marcar uma particularidade histórica e identitária nacional para que pudessem se aperfeiçoar. Dessa forma, o estudo de Von Martius abre um campo de investigação e questionamentos sobre a formação da sociedade brasileira com a contribuição da miscigenação.

83 Fundado em 21 de outubro de 1838, numa manhã em uma sala modesta do Museu Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), este grêmio segundo Lília Schwarcz (1993) e os demais institutos históricos inaugurados pelo país durante o século XIX, tinham a missão de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”. Ainda nas palavras da autora, era cumprir uma “tarefa monumental”, em um período que o Brasil buscava por intermédio da história símbolos e uma identidade nacional, mesmo que a construção de uma “história nacional”, de pretensão singular, esteja marcada pelas influências dos grupos econômicos e sociais que compunham o seu quadro de associados, “sócios escolhidos antes de tudo por suas relações sociais” (SCHWARCZ, 1993, p. 99). Em 1839, o IHGB lança a sua revista, que ainda na análise de Schwarcz poderia ser dividida em três partes, a primeira com artigos sobre questões históricas, limites geográficos e problemas territoriais e etnografia indígena; a segunda parte de biografias de brasileiros “ilustres”, e por fim, a última parte com a publicação das atas das atividades internas do Instituto (p. 109).

Paulo Prado, ao seguir essa tradição interpretativa reflete sobre o destino das raças em solo brasileiro e identifica dois tipos de miscigenação ocasionadas a partir desses encontros. Enquanto para Von Martius, há quase um *destino manifesto*, um projeto de sucesso para as raças e suas mesclas no Brasil, para o historiador paulista, o que na verdade se produziu por aqui foram raças tristes e improdutivas e dois padrões de miscigenação. O primeiro seria desfavorável, fruto da mistura das raças negras e brancas; e o segundo, relativamente favorável, derivado da mescla de brancos e indígenas. Um dos objetivos principais do livro é justamente estabelecer essa diferenciação, mostrando em que medida o isolamento ou os contatos frequentes dos grupos raciais seriam benéficos ou prejudiciais.

A condição moral e psicológica dos primeiros homens brancos aportados na colônia é descrita no capítulo sobre a luxúria. Prado os identifica como gente das piores estirpes, repelidos pela sociedade europeia, “corsários, flibusteiros, caçulas das antigas famílias nobres, jogadores arruinados, padres revoltados ou remissos [...] vagabundos...” (PRADO, 1981, p. 26), pessoas degredadas que, não obstante, traziam espírito de aventura, desejo por riquezas e seduzidos por uma vida em devassidão, ao contrário daquela que se vivia na Europa, estreitada por uma moral cristã.

A falta de uma moral religiosa foi importante para Prado defender que obediência e disciplina e não luxúria e cobiça seriam disposições psicológicas necessárias ao desenvolvimento de uma população disposta a formar uma nação próspera. Como exemplo, menciona no capítulo “Tristeza” (PRADO, 1981, pp. 83-85) o povoamento problemático da América do Norte, que teria sido reorientado pela religião e pela forte disciplina moral que favoreceriam a valorização do trabalho e o desenvolvimento de condições favoráveis para a independência dos Estados Unidos e o seu desenvolvimento material estável.

Sobre a raça indígena, o autor enfatiza dois pontos fundamentais. Primeiro, ela seria a “raça natural” da terra, diferente das outras que são chamadas de “alienígenas”, “estranhas” ou “que vem de fora”. Essa condição atribuiria a ela o conhecimento profundo das terras brasileiras, essencial na parceria estabelecida com os colonizadores brancos na expansão paulista. O segundo ponto reside em sua sensualidade como estimulante erótico para o homem estrangeiro, avaliada em duas direções. A primeira relacionada à pureza edênica e inocente da exibição dos corpos, associada à concepção do paraíso perdido propagada na Europa desde as “novas descobertas”. A segunda, convertido o caráter idílico do indígena em uma moral libertina, apontava a devassidão como sua condição natural, caracterizando-o como um “animal lascivo, vivendo sem nenhum constrangimento na satisfação dos seus desejos carnis”. As mulheres, especificamente, eram tomadas pelo autor como submissas e sensuais nas suas falas e práticas, revelando a preferência pelos homens europeus (1981, p. 32-33). Desse contato desregado entre as duas raças resultaria a frouxidão da moralidade e a perversidade sexual, tendo como desfecho uma melancolia sexual astênica, processo agravado com a chegada das mulheres negras escravizadas.

Em se tratando da presença negra, Paulo Prado a analisa a partir das teorias deterministas difundidas no final do século XIX. Para o autor, os negros nos seus “centros

primitivos” seriam dotados de iniciativa, imaginação, senso de organização e afeitos ao trabalho, mas em contato com a civilização não se desenvolveriam cultural ou intelectualmente, portanto, não revelando seus atributos superiores (PRADO, 1981, p. 137). Sugere, portanto, que os negros estariam melhores se tivessem permanecido no seu continente. Ao chegarem no Brasil, deixariam aflorar sua indolência, submetendo-se aos senhores brancos.

Paulo Prado entende esse processo de submissão como originário, favorecido pelo clima tropical e pelo sistema escravocrata. O autor condenava o escravismo, entendido como um dos maiores problemas na formação do país, responsável pela corrosão do caráter nacional e pela corrupção das relações sociais. A escravidão, escreve ele, “foi sempre a imoralidade, a preguiça, o desprezo da dignidade humana, a incultura, o vício protegido da lei, o desleixo dos costumes [...] maior ou menor grau nas profundezas inconfessáveis do caráter nacional” (PRADO, 1981, p. 139). Por último, se observamos novamente o gráfico de Capistrano e a sua explicação sócio-histórica perceberemos que a presença negra no Brasil se intensifica quando Brasil e Portugal atingem sua decadência, especificamente durante o tráfico negreiro entre os séculos XVII e XIX.

Paulo Prado conjuga raça e política na sua interpretação sobre o Brasil e atribui aos excessos sexuais praticados durante a colonização parte dessa identidade formativa. Para isso, ele busca relatos de cronistas, clérigos e alguns documentos institucionais da época para sustentar sua tese e muitas destas fontes são tendenciosas e carentes de investigação científica. Como exemplo, as cartas de Padre Manoel da Nóbrega dirigidas ao rei de Portugal, entre os anos de 1549-1560, que identificavam a mancebia e a poligamia dos colonos e solicitavam o envio de mulheres brancas para afastá-los do pecado. Servem de informação os processos inquisitórios do Santo Ofício, quando este veio visitar a Bahia no final do século XVI, “grande número dessas confissões, 45 em 120, referem-se ao pecado sexual” – nas suas palavras, uma civilização rendida “às mais baixas paixões”, imersa em vícios, como a sodomia, tribadismo, pedofilia erótica, pederastia, incestos e demais produtos de hiperestesia sexual (PRADO, 1981, pp. 35-37).

Muitos desses relatos trazem como explicações para essas práticas sexuais ditas “imorais”, a liberdade alargada dos colonos brancos, a natureza indígena em desfilar seus corpos seminus e a promiscuidade inerente dos negros. Para Paulo Prado, é justamente essa “vida solta e infrene” que leva às misturas raciais, além do clima ardente e a ausência de mulheres brancas. Estes dois últimos aspectos são explorados, também, em contraponto ao tipo de colonização que se deu na América do Norte, pois o clima frio retrairia os impulsos sexuais e a presença de mulheres brancas no início do povoamento teria originado núcleos familiares sustentados pela moral cristã, e como mencionados anteriormente, guiados pelo sentido de trabalho e organização. Ao condenar os excessos sexuais da colonização portuguesa, o autor cristaliza uma visão sobre os tipos miscigenados, que desde as suas origens já estariam degenerados. Nesse ponto, podemos explorar um pouco os diferentes tipos de miscigenação (e suas características) propostos por Prado, já mencionados em vários momentos do texto.

Segundo Paulo Prado, a miscigenação com características positivas se originou nas terras paulistas, também conhecida como mameluca. Oriunda do cruzamento entre o branco europeu independente e anárquico com o indígena de sentido apurado, nômade e sensível, teria formado uma raça forte, rude e frondosa. A “raça paulista” adquire tais atributos por causa de seu isolamento geográfico e político em relação à Metrópole e às cidades litorâneas, protegida da decadência portuguesa, pois estava preocupada em desbravar o território. Em *Paulística etc.*, especificamente no artigo “O Patriarca”, o autor demonstra que a ocupação do solo paulista foi marcada por uma áurea de heroísmo, tendo os primeiros colonos e jesuítas enfrentado as dificuldades de uma natureza agressiva e os ataques indígenas, além de alimentarem um sentimento de resistência às determinações de Portugal. Essa epopeia é comparada à colonização dos Estados Unidos, na qual, também, seus pioneiros se depararam com uma natureza hostil, doenças e a violência indígena, “na terra adotiva desenvolveram as qualidades de homens de ação em luta cotidiana com um clima duro e um solo ingrato” (PRADO, 1981, pp. 83-85). Portanto, ao aproximar essas duas formas de povoamento, o autor aproxima a história de São Paulo à dos Estados Unidos, recuperando as teses do determinismo geográfico de que o meio ambiente influi na psicologia de um povo e nos padrões de mestiçagem entre raças, gerando sub-raças degeneradas ou viáveis a depender de tais condições. Os possíveis excessos sexuais que os paulistas ultrapassam são atenuados por Prado, pela disposição deste grupo em formar vilas e núcleos familiares em torno das rotas dos bandeirantes.

Os mulatos seriam o produto da mestiçagem negativa, da mescla entre os brancos europeus e negros escravizados. Sua conclusão deriva da constatação de que esses grupos estavam sujeitados ao regime da escravidão, presente de forma predominante nas cidades litorâneas. Para Paulo Prado, quanto maior o número de pessoas negras e mestiças numa determinada região ou cidade, maior será seu grau de desvirtuamento. No capítulo “A Tristeza”, ele lembra que a cidade de Recife continha uma “paisagem de agradável impressão”, rompida com a chegada dos navios negreiros, inundando a cidade com o cheiro acre “dessa multidão africana” formada por pessoas seminuas em uma completa promiscuidade em “plena rua o espetáculo asqueroso de venda de escravos” (PRADO, 1981, p. 100).

A cidade de Salvador possuía o maior contingente de negros e mulatos (aproximadamente 80 mil pessoas), e na visão de Prado, eram pessoas que viviam em hábitos “desregrados e anti-higiênicos”. Ele se ancora nas cartas do cronista português Luiz dos Santos Vilhena (1744-1814), que observava que as negras e mulatas escravas, desde cedo, seriam elementos de corrupção para os meninos e meninas brancas ao ensinarem os primeiros exercícios de libertinagem, tudo isso mantido pelo desleixo e ociosidade dos senhores para prover o maior número de escravos (PRADO, 1981, pp. 102-103). Sobre a capital do Brasil, o historiador reforça o pensamento da *Geração de 70*, a decadente e caricatural monarquia brasileira “antiquada, pobre, desmazelada” que replicava o mesmo modelo de Portugal. Novamente traz a ideia de que a escravidão, o clima tropical, a falta de asseio e a arquitetura provocavam a dissolução dos costumes e a imoralidade sexual no Rio de Janeiro. Criticava a falta de estabelecimentos de ensino que pudessem fornecer alguma instrução moral e intelectual para as crianças.

Partilhava das mesmas opiniões dos cronistas em escrever o que parecia uma cidade da África, “uma das mais imundas associações de homens debaixo do céu” e com um calor que fazia exalar um “cheiro penetrante e adocicado de gente negra” e ao meio-dia somente poderiam ser vistos estes indivíduos transitando pelas ruas com máscaras de ferro, embriagados e mendigando. Imbuído de todo preconceito, professa que na vida social dessa população mestiça com traços duvidosos era visível a sua predisposição para o mal (PRADO, 1981, pp. 103-106). Por fim, São Paulo, por não ter sido afetada pela presença negra e pela administração portuguesa, conseguiu se manter afastada dos males e da aparência deplorável que eram característicos das outras cidades. O seu declínio se deu pelo processo de aproximação com a capital do Vice-Reino em decorrência das descobertas de ouro e pedras preciosas. A partir desse momento, o paulista seria impregnado pelas piores imoralidades, apagando as suas melhores características, e transformando-se em um povo bárbaro, triste e apático (PRADO, 1981, pp. 106-107).

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferenciando as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, com tintas carregadas de preconceito, o autor revela o seu projeto como representante das elites cafeeicultoras paulistas, ao evidenciar que as práticas (culturais, políticas e de organização social) oriundas da capital não teriam sido benéficas para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, contar uma história da genealogia de seu estado, afastando tudo que podia ser interpretado como atrasado e degenerado, atribuía aos paulistas a capacidade de regenerar a sociedade brasileira a partir de suas virtudes morais, pelo trabalho, pelo zelo disciplinar e o espírito de criatividade e independência.

Ao demonstrar a ideia de um povo triste, Paulo Prado pretende partir da diferenciação entre as formas de miscigenação e de como se deu o povoamento das principais cidades, sentenciando que os brasileiros em geral vivem tomados por um sentimento de melancolia. Conclui que esse mal soturno está engendrado no aparelho psíquico brasileiro que, como consequência, desenvolvem o sentimento *transoceânico* que nada mais é que o desamor pela terra, “o desejo de ganhar fortuna o mais depressa possível para desfrutar além-mar” (PRADO, 1981, p. 94), ou seja, uma relação utilitarista com a terra, somente de exploração e destruição. Mais ainda, a sociedade brasileira teria se conformado em um povoamento de passagem, vivendo em uma vida vazia e monótona, e, por fim, deixando-se dominar por dois sentimentos tirânicos, o sensualismo e a paixão por ouro (PRADO, 1981, pp. 44-95).

Na análise de Prado (1981, p. 91-92), a exageração desses sentimentos, a imensidão da natureza e o clima abafado produziram solidão e profunda fadiga, que atacavam “as funções sensoriais e vegetativas”, prologando-se no domínio da inteligência e dos sentimentos. Identificando as razões da tristeza brasileira, o autor conclui que essas perturbações somáticas e psíquicas despertam sentimentos de ódio e nojo, e ausência de sentimentos afetivos e morais, em um movimento cíclico, que conduziria os indivíduos a um estado de barbárie, a uma sexualidade animalizada, a um individualismo inerte e à baixa adesão ao bem público. Em linhas gerais, essa situação de melancolia é nada

mais do que uma sociedade desmoralizada, despreocupada em construir valores baseados na religião, na política, na intelectualidade e na arte. Essa psique permeada de paixões insaciáveis e fixada na ambição do enriquecimento conduziria à decepção e desilusão pela inutilidade de todos os esforços.

A visão de Paulo Prado condena uma “população astênica”, exausta, doente e sem nenhum apego à terra e um país que se tornou pobre em decorrência de uma exploração “apressada, tumultuária e incompetente”, que não soube aproveitar as potencialidades de suas matas, águas, campos e praias. A sociedade brasileira seria formada por homens e mulheres desinteressados, apagados em manifestações coletivas de ordem passageira, hipertrofiados por um patriotismo indolente, desanimado e estéril, contemplador de belezas naturais, vivendo em uma oratória enrolada, decorada, simulando cultura. Sentencia que a mestiçagem indígena está desaparecendo diante do europeu, do negro, do mulato e da mulata, e da tirania das sociedades litorâneas. Enxerga o povo brasileiro como fruto de uma mestiçagem de três raças eroticamente tristes habitando uma terra grandiosa e exuberante. Enfim, a formação problemática da nação estaria atrelada à “indolência e a passividade” da população brasileira em sua origem, marcada e definida pelos vícios e defeitos da burocracia central portuguesa (PRADO, 1981, p. 141).

E qual seria o projeto de modernidade ou modernismo em *Retrato do Brasil*? Talvez uma resposta breve teria como fundamento a distinção entre o romantismo e o modernismo, movimentos representativos dos dois tipos brasileiros já explorados até aqui: o mulato e o mameluco (FILHO, 2019, p. 103). Em outras palavras, o modernismo que nasce na capital paulista seria a superação do romantismo, uma ruptura com o Brasil. Ou seja, para o historiador não há continuidade entre São Paulo e Brasil, “que no fundo são duas nações, dois povos, duas raças” (BERRIEL, 2013, p. 241-242).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.
- AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro (obra em Domínio Público).
- BERRIEL, Carlos. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- CAMINHA, Pero Vaz. *A carta do descobrimento ao Rei dom Manuel* [edição atualização] Maria Ângela Villela. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013 (Coleção Saraiva de Bolso).
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

- FILHO, Fernando José. *O pensamento “sexual” brasileiro: a sexualidade melancólica na formação social brasileira*. (dissertação), Guarulhos – UNIFESP, 2019.
- PRADO, Paulo. *Paulística etc.* (org.) Carlos Augusto Calil. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. (Coleção Documentos Brasileiros). Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1962 (6. ed.).
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981 (2. ed.).
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- RODRIGUES, José Honório. *Correspondência de Capistrano de Abreu* (vol. 2). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: 1954.
- SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia; BOTELHO, André. Pensamento Social Brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova: Revista de cultura e política*. CEDEC: São Paulo, n. 82, p. 11-16, 2011.
- VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista de História de América*. Instituto Pan-Americano de Geografia e História: Cidade do México, n. 42, p. 433-458, 1956.

